



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES
Coordenadoria de Controle Interno – CCI

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

PAINT - 2017

INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) é o instrumento em que estão consubstanciadas todas as ações de auditoria interna da Universidade Federal da Bahia. O PAINT foi elaborado em consonância com a legislação federal, normas internas de procedimentos e diretrizes adotadas pela administração pública, especialmente no Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, e da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.

A Coordenadoria de Controle Interno da Universidade Federal da Bahia (CCI/UFBA), por meio do PAINT, considera para a definição de suas ações de auditoria: a legislação pertinente; as Ações Orçamentárias, os temas mais relevantes, baseados nas análises de riscos; e as demandas oriundas da Administração Central, do Conselho de Curadores e dos órgãos de controle interno e externo.

O presente Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, para o exercício 2017, estabelece um conjunto de diretrizes e de objetivos para a realização de ações e de auditorias preventivas e corretivas, em processos e em órgãos/unidades pré-definidos, que englobam as áreas meio e fim da Universidade.

DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

A CCI é o órgão técnico de fiscalização e controle da administração e da gerência da UFBA, vinculado ao Conselho de Curadores, como definido na Resolução 01/2002, de 18 de março de 2002, do Conselho Universitário que a instituiu, no caput do art. 19 do Regimento Interno da UFBA e art. 28 do Estatuto da UFBA, com autonomia e independência no cumprimento das suas atribuições, realiza os trabalhos de auditoria em conformidade com o cronograma previsto neste instrumento, e de acordo com as normas técnicas aplicáveis a auditoria no serviço público.

Os trabalhos desenvolvidos por esta Coordenadoria são de caráter preventivo e corretivo, e tem como objetivo verificar a regularidade das contas na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade, o cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles internos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES
Coordenadoria de Controle Interno – CCI

Para a realização das auditorias, serão efetuados os procedimentos e técnicas aplicáveis a cada uma delas, tais como: levantamentos e verificação da legislação aplicável, verificação dos controles existentes, verificação in loco, análise processual e entrevistas, além de cruzamento de dados retirados de sistemas informatizados.

Os trabalhos de auditoria serão consubstanciados no Relatório de Auditoria, onde constarão as recomendações. Esse Relatório será encaminhado eletronicamente e por meio de documento oficial, para conhecimento e providências do dirigente responsável pelo órgão auditado. Além disso, cópias do Relatório são enviadas ao Magnífico Reitor, ao Conselho de Curadores e à CGU, em cumprimento ao que dispõe a Instrução Normativa CGU nº 24 de 17 de dezembro de 2015.

Com a finalidade de acompanhar os resultados decorrentes das recomendações constantes do Relatório de Auditoria, será elaborado o Plano de Providências Permanente a ser encaminhado para o órgão/unidade interessado para se manifestar sobre as medidas que serão adotadas.

DA ELABORAÇÃO DO PAINT

O PAINT foi elaborado com base na legislação vigente, e nas normas internas de procedimentos e diretrizes adotadas pela instituição. A estrutura do PAINT aborda os itens estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa nº 24/2015-CGU, a seguir transcritos:

Art. 3º Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna deverá considerar o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas do respectivo órgão ou entidade.

Art. 4º O PAINT conterá, no mínimo:

I - relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração;

II - identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e

III - estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

§ 1º A matriz de risco conterá o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES

Coordenadoria de Controle Interno - CCI

§ 2º As ações de capacitação e participação em eventos previstas no PAIN'T deverão estar alinhadas às atividades de auditoria, de acordo com o seu caráter multidisciplinar e a atuação profissional dos servidores.

A planificação dos trabalhos de auditoria pautou-se, ainda, nos critérios, de maneira ponderada, de materialidade, relevância e criticidade para as Ações Orçamentárias constantes do orçamento da Universidade Federal da Bahia, no exercício de 2016, que, no entender desta CCI, são as que estão diretamente relacionadas com as atividades de auditoria a serem realizadas em 2017, consoante Quadro 1.

Quadro 1: Descrição das Ações orçamentárias da UFBA na LOA 2016

Ação	Descrição
0181	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
20GK	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.
20RK	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.
4002	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.
8282	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Ensino Superior que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES
Coordenadoria de Controle Interno – CCI

	equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.
2004	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
2010	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
2011	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
2012	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.
20TP	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
4272	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
00M1	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.
09HB	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

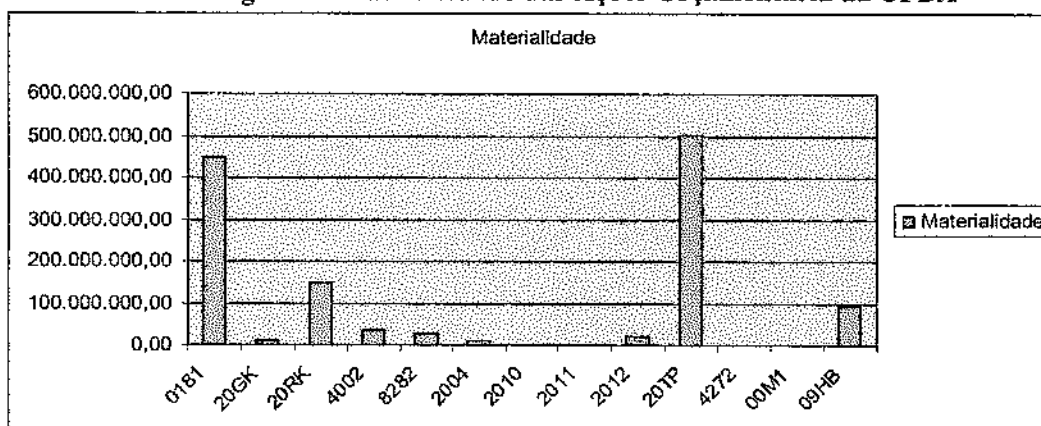
Os títulos e as descrições das Ações Orçamentárias, conforme Quadro 1, por si só já demonstram a relevância para a elaboração do PAINT. São Ações Orçamentárias que tratam de temas como: pagamento de servidores ativos e inativos; funcionamento da instituição; e fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, dentre outros, que são, no entender desta CCI, passíveis de serem trabalhados. O volume de recursos por Ação Orçamentária que tratam desses temas está representado Quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Recurso por Ação Orçamentária

Ação	Título	Valor em R\$
0181	Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis	447.924.594,00
20GK	Fomento às ações de Graduação, Pós, Ensino, Pesquisa e Extensão.	10.036.210,00
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.	148.120.298,00
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	34.167.173,00
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	27.962.037,00
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	9.182.196,00
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	420.000,00
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	1.498.000,00
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	21.000.000,00
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	502.673.265,00
4272	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	700.000,00
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	792.252,00
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	95.767.997,00

O volume de recursos disponíveis no orçamento é indicador de materialidade. A dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral da União, no exercício 2016, para as Ações Orçamentárias constantes do Quadro 2, perfazem um total de R\$ 1.300.244.002,00 representando quase o valor total do orçamento da UFBA, estabelecido na Lei Orçamentária Anual de 2016. A Figura 1 demonstra os valores por Ação Orçamentária.

Figura 1: Materialidade das Ações Orçamentária da UFBA





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES
Coordenadoria de Controle Interno – CCI

A pontuação de cada Ação, para os critérios adotados, foi obtida considerando os pontos (1, 3 ou 5), que correspondem aos critérios de graus baixo, médio e alto, respectivamente, atribuídos para a Materialidade, a Relevância e a Criticidade, conforme Quadro 3.

Quadro 3: ponderação dos critérios

Ação	Materialidade	Relevância	Criticidade	Resultado
0181	5	5	1	25
20GK	1	5	5	25
20RK	3	5	5	75
4002	3	5	3	45
8282	1	5	3	15
2004	1	3	1	3
2010	1	3	1	3
2011	1	3	1	3
2012	1	3	1	3
20TP	5	5	1	25
4272	1	5	1	5
00M1	1	3	1	3
09HB	5	3	1	15

O alinhamento dessas Ações Orçamentárias às estratégias da instituição é de suma importância para o bom desempenho e funcionamento da UFBA, além de apresentarem aspectos críticos quando das suas execuções em relação à missão da Universidade. Desta forma, é importante que se desenvolvam mecanismos para mitigar os riscos que podem impactar no alcance dos seus objetivos.

A partir das informações constante nos Quadros 1, 2 e 3, e do resultado das reuniões da equipe de auditoria referente aos temas passíveis de serem trabalhados no exercício de 2017, foi elaborado o Diagrama de Risco (Anexo I) que apresenta o resultado da avaliação dos riscos associados aos temas identificados passíveis de serem trabalhados no exercício de 2017.

Os critérios de avaliação dos riscos foram consubstanciados na análise qualitativa dos riscos, baseada nas causas e conseqüências relacionadas a cada evento dos temas a serem trabalhados, além da análise dos riscos associados ao tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos da Instituição. Os quadros 4 e 5 apresentam as escalas do impacto e da probabilidade, respectivamente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES
Coordenadoria de Controle Interno – CCI

Quadro 4: Escala de impacto

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto que não traz consequências significativas no alcance dos objetivos do processo. - Degradação na operação do processo auditável, porém causando impactos mínimos para a Instituição (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade de produtos e serviços).	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos - Degradação na operação do processo, causando pequenos impactos para a Instituição.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos - Degradação na operação do processo, causando impactos para a Instituição, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação - Interrupção do processo, causando impactos significativos para a Instituição.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação - Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para a Instituição.	5

Quadro 5: Escala de probabilidade

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário e sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento inesperado ou casual, com baixo histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, com histórico de ocorrência.	>10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

Os valores atribuídos a cada variável constantes nas escalas da probabilidade e do impacto (Quadros 4 e 5) estão associados à matriz de abscissas e coordenadas apresentada no Quadro 6, que permite a identificação do apetite de risco referente a cada tema passível de ser trabalhado pela Coordenadoria de Controle Interno.

Quadro 6: Apetite dos riscos

		PROBABILIDADE						
		Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta		
			1	2	3	4	5	
IMPACTO	Muito Alto	5	Alto	Alto	Alto	Muito Alto	Muito Alto	
	Alto	4	Médio	Médio	Alto	Alto	Muito Alto	
	Médio	3	Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto	
	Baixo	2	Muito Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio	
	Muito Baixo	1	Muito Baixo	Muito Baixo	Muito Baixo	Muito Baixo	Muito Baixo	

Nesse sentido, em função de não ser possível realizar auditoria em todas as áreas e órgãos/unidades da UFBA, em um mesmo exercício, em virtude do número reduzido de auditores e da dimensão da instituição, procurou-se adequar o quantitativo de ações de auditoria à realidade da CCI. Os temas constantes no Diagrama de riscos – Anexo I que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES
Coordenadoria de Controle Interno – CCI

apresentaram níveis “Alto” e “Muito Alto” foram classificados como temas a serem trabalhados pela auditoria no exercício seguinte, resultando na codificação das ações de auditoria. No Quadro 7, abaixo, apresenta os temas das ações de auditoria a serem desenvolvidas no exercício de 2017, que convergem com as Ações Orçamentárias da UFBA.

Quadro 7: Ações de Auditoria a serem desenvolvidas

Ação	Tema
3.01/17	Avaliação dos controles internos de gestão do Núcleo de Transporte da PROAD.
3.02/17	Verificação do processo de contratação de Professor Substituto.
3.03/17	Verificação da conformidade dos atos de admissão de pessoal.
3.04/17	Análise da formalização e a execução da utilização dos espaços físicos da UFBA por particulares.
3.05/17	Identificação do cumprimento da legislação vigente dos contratos/convênios celebrados com as fundações de apoio.
3.06/17	Verificação dos critérios de sustentabilidade nas entregas das obras.
3.07/17	Verificação da acessibilidade nas Unidades de Ensino para Portadores de Necessidades Especiais.
3.08/17	Avaliação da execução financeira e as metas físicas dos programas e ações da Universidade.
3.09/17	Avaliação dos controles internos do Núcleo de Compras e Licitações da PROAD/Coordenação de Material de Patrimônio, visando assim mitigar possíveis riscos operacionais.
3.10/17	Verificação da formalização e da regularidade dos processos de prestações de contas

Após algumas reuniões realizadas com o objetivo de elaborar o PAINT com temas que convergem com as Ações Orçamentárias relacionadas no Quadro 1, foi consolidado, no ANEXO II, as ações de auditorias a serem desenvolvidas no exercício de 2017, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CCI desenvolve atividades de controle de forma independente e abrange os órgãos/unidades administrativos e acadêmicos da estrutura da UFBA. Nesse sentido, a CCI procura pautar suas atividades de forma antecipada, com o objetivo de garantir, com razoável segurança, a legalidade e a legitimidade dos atos e o alcance dos resultados quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia, visando a melhorias dos controles internos e da gestão da Universidade.

Para que isso seja exequível, é necessário estabelecer objetivos e metas de maneira formalizada, e a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) materializa esse processo. Portanto, no PAINT estão consubstanciadas as ações de auditoria interna para o exercício de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO DE CURADORES
Coordenadoria de Controle Interno – CCI

Por fim, entende-se que os trabalhos de auditoria desempenhados pela CCI são compatíveis com a realidade e a peculiaridade da Instituição. Espera-se, assim, que os resultados alcançados possam melhorar e fortalecer a gestão da Universidade.

Salvador, 15 de dezembro de 2016

Juraci de Deus Pinto
Coordenador Geral

Aroldo Rabelo Teixeira
Contador-UFBA
Coord. de Controle Interno
CRC-BA nº 021949/O-0

ANEXO I - Diagrama de Risco

Item	Temas passíveis de serem trabalhados	Evento	Avaliação de Riscos				Resultado	Ação
			Causas	Consequências	Impacto	Probabilidade		
1	Ressarcimento de Plano de Saúde	Ressarcimento indevido	Não observância da legislação pelo setor responsável	Pagamento indevido a servidores	2	2	4	Avaliar os processos referentes ao ressarcimento de valores relativos ao auxílio saúde pago aos servidores da UFBA
2	Recadastramento de Pensionista	Dados desatualizados	Falta de uma política de recadastramento	Pagamento indevido a pensionista	2	2	4	Verificar o processo de recadastramento de pensionistas da UFBA
3	Admissão de Pessoal	Não observância dos critérios de admissão	Processo de admissão não sistematizada; Falta de servidores; Alta rotatividade de servidores na UFBA	Retardo no processo de investidura do cargo público	3	3	9	Identificar se o processo de admissão de pessoal está em conformidade com a legislação vigente.
4	Contratação direta	Fracionamento de despesa	Não observância da legislação pelo setor responsável	Quantidade elevada de processos de dispensa e inexigibilidade	3	2	6	Verificar os processos de dispensa e de inexigibilidade
5	Controles internos do Núcleo de Compras e Licitações	Controles internos ineficientes	Falta de cultura de implementação de controles internos	Impacto na eficiência das operações	5	3	15	Avaliar os controles internos de Núcleo de Compras e Licitações da PROAD
6	Fiscalização de Obras - entrega das obras os critérios de sustentabilidade	Não observância dos critérios de sustentabilidade	Falta de conhecimento atualizado da norma; Falta de sistematização quanto a exigência de critérios de sustentabilidade nos Editais	Não adoção plena dos critérios de sustentabilidade	3	4	12	Verificar se na entrega das obras os critérios de sustentabilidade estão de acordo com o projeto inicial e em conformidade com a legislação vigente.

7	Contrato com Fundação de Apoio - cumprimento da legislação	Não observância dos critérios constantes na legislação	Falta de sistematização quanto à formalização dos processos de convênios; Ausência de políticas de treinamento.	Descumprimento de normativos; Prejuízo da eficiência na execução do convênio.	3	4	12	Identificar o cumprimento da legislação vigente na formalização e execução dos contratos/convênios celebrados com as fundações de apoio.
8	Formalização e regularidade dos processos de prestações de contas	Não apresentação da Prestação de Contas no devido prazo.	Ausência de políticas de treinamento.	Tempo grande para análise das prestações de contas.	4	4	16	Verificar a formalização e regularidade dos processos de prestações de contas
9	Incorporação de bens oriundos de convênios	Não incorporação ao final do convênio	Descumprimento de legislação e cláusula do contrato	Informação não fidedigna dos bens patrimoniais da UFBA	2	3	6	Verificar a incorporação de bens oriundos dos contratos de convênios
10	Inventário de bens móveis	Dados desatualizados	Falta de levantamentos de bens móveis periódicos	Discrepâncias entre relatórios gerenciais e o levantamento físico	2	3	6	Verificar o processo de inventário realizado pelo órgão competente
11	Receitas próprias - Arrecadação das taxas	Controle da Receita vulnerável	Falta de procedimentos padronizados de arrecadação de receitas próprias	Controle de arrecadação de receitas ineficientes	2	3	6	Verificar o processo de arrecadação das receitas próprias
12	Execução financeira e as metas físicas dos programas e ações	Monitoramento das Ações não tempestivo	Falta de acompanhamento sistemático da execução física e financeira dos programas e ações	Utilização de recurso em dissonância com a descrição, à iniciativa e ao objetivo da ação; Relação de <i>Accountability</i> não consistente.	4	3	12	Avaliar a execução orçamentária e financeira e das metas físicas dos programas e ações da UFBA referente a 2016.

13	Controles Internos do Núcleo de Transporte	Controles internos ineficientes	Falta de cultura de implementação de controles internos	Impacto na eficiência das operações	4	4	4	16	Avaliar os controles internos de gestão do Núcleo de Transporte da PROAD, visando assim mitigar possíveis riscos operacionais.
14	Utilização dos espaços físicos	Particular sem documento hábil; Inobservância de cláusulas constantes no instrumento de utilização de espaço público.	Falta de critério, regulamentação e fiscalização na utilização dos espaços físicos da UFBA.	Utilização indevida do espaço físico da UFBA por particular	5	4	20		Analisar a formalização e a execução da utilização dos espaços físicos da UFBA por particulares
15	Adaptação das Unidades de Ensino para Portadores de Necessidades Especiais	Locais com dificuldade de acesso pelos Portadores de Necessidades Especiais.	Prédios e estrutura da UFBA antigos e não adaptados.	Dificuldades de acesso por parte dos Portadores de Necessidades Especiais.	5	4	20		Verificar se as Unidades de Ensino estão adaptadas para Portadores de Necessidades Especiais.
16	Processo de contratação de Professor Substituto	Necessidade de contratação de Professor Substituto	Regulamentação de Professor Substituto; Criação de cursos; Aumento de demanda; Afastamento de professor	Contratação de Professor Substituto sem devida necessidade.	5	3	15		Analisar se os processos administrativos de contratação de Professores Substitutos atendem as reais necessidades acadêmicas da Unidade
17	Matrículas de discentes em nível de graduação	Evasão de discentes	Grade curricular não condizente com mercado de trabalho; despreparo do aluno no ensino médio	Ocorrência em elevado número de vagas residuais	2	3	6		Analisar os processos de matrículas de vagas residuais

ANEXO II

Ações a serem desenvolvidas durante o exercício 2017

RAINT

1.01/17 Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2016

PARECER

2.01/17 Analisar o Relatório de Gestão 2016 e Parecer de contas 2016

AUDITORIAS

3.01/17 Avaliar os controles internos de gestão do Núcleo de Transporte da PROAD

3.02/17 Verificar o processo de contratação de Professor Substituto

3.03/17 Verificar a conformidade dos atos de admissão de pessoal

3.04/17 Analisar a formalização e a execução da utilização dos espaços físicos da UFBA por particulares

3.05/17 Identificar o cumprimento da legislação vigente dos contratos/convênios celebrados com as fundações de apoio

3.06/17 Verificar os critérios de sustentabilidade nas entregas das obras

3.07/17 Verificar se as Unidades de Ensino estão adaptadas para Portadores de Necessidades Especiais

3.08/17 Avaliar a execução financeira e as metas físicas dos programas e ações da Universidade

3.09/17 Avaliar os controles internos do Núcleo de Compras e Licitações da PROAD/Coordenação de Material de Patrimônio

3.10/17 Analisar prestação de contas dos projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio

PAINT

4.01/17 Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – 2018

CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

5.01/17 Curso de Tesouro Gerencial

5.02/17 Curso de Gerenciamento e avaliação de risco

5.03/17 Curso de Auditoria baseada em risco

5.04/17 Participação FONAI-Tec

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

6.01/17 Avaliação e implementação de Software para atividades de auditoria – Software livre CONAB

6.02/17 Redesenho, avaliação e implementação de um novo Lay-Out

6.03/17 Revisão do Manual de Auditoria da CCI

ASSESSORIA E REUNIÕES

7.01/17 Assessoramento à Alta Administração e reuniões com o Conselho de Curadores

ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

8.01/17 Acompanhar a implementação das determinações do TCU

8.02/17 Atender e acompanhar as demandas da CGU mediante plano de providências

8.03/17 Acompanhar as recomendações da CCI mediante Plano de Providências

8.04/17 Apoio a Equipe da CGU

RESERVA TÉCNICA E REVISÃO

9.01/17 Reserva Técnica para atender a outras demandas

9.02/17 Revisão de documentos produzidos

1. RAINIT

ACÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	PRAZO (dias)
1.01/17	CGU	Apresentar os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna realizados no exercício 2016.	Janeiro

2. PARECER

ACÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	PRAZO (dias)
2.01/17	TCU	Elaborar parecer do Relatório de Gestão e das Contas atinente ao exercício anterior.	60

3. AUDITORIA

ACÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	PRAZO (dias)
3.01/17	CCI	Aplicar os controles internos de gestão do Núcleo de Transporte da PROAD, visando assim mitigar possíveis riscos operacionais.	60
3.02/17	CCI	Analisar se os processos administrativos de contratação de Professores Substitutos atendem as reais necessidades acadêmicas da Unidade.	60
3.03/17	CCI	Identificar se o processo de admissão de pessoal está em conformidade com a legislação vigente.	60
3.04/17	CCI	Analisar a formalização e a execução da utilização dos espaços físicos da UFBA por particulares.	60
3.05/17	CCI	Identificar o cumprimento da legislação vigente na formalização e execução dos contratos/convênios celebrados com as fundações de apoio.	60
3.06/17	CCI	Verificar se na entrega das obras os critérios de sustentabilidade estão de acordo com o projeto inicial e em conformidade com a legislação vigente.	60
3.07/17	CCI	Verificar se as Unidades de Ensino estão adaptadas para Portadores de Necessidades Especiais.	60
3.08/17	CCI	Aplicar a execução orçamentária e financeira e das metas físicas dos programas e ações da UFBA referente a 2016.	60
3.09/17	CCI	Aplicar os controles internos do Núcleo de Compras e Licitações da PROAD/Coordenação de Material de Patrimônio, visando assim mitigar possíveis riscos operacionais.	60

3.10/17	CCI	Verificar a formalização e regularidade dos processos de prestações de contas	60
---------	-----	---	----

4. PAINT

AÇÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	PRAZO (dias)
4.01/17	CCI	Elaborar o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna das ações que serão desenvolvidas no ano de 2018.	60

5. CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

AÇÃO	ORIGEM DEMANDA	CURSO	OBJETIVOS	HORAS
5.01/17		Curso Tesouro Gerencial	Capacitar os auditores para o desempenho de suas funções/atribuições por meio de dados e informações sobre a execução orçamentária e financeira da UFBA.	080
5.02/17		Curso de Governança Corporativa e gestão de Risco	Capacitar os auditores para o desempenho de suas funções/atribuições em relação à Governança Corporativa e Gestão de Risco.	160
5.03/17	CCI	Curso de Legislação de Pessoal	Capacitar os auditores para avaliar os processos de folha de pagamento e da legalidade de outros atos	160
5.04/17		Participação dos servidores nos 44º e 45º FONAI-TEC	Intercâmbio entre os auditores internos, palestras e treinamentos, visando o aprimoramento na busca de soluções para problemas comuns as Auditorias Internas. Busca-se assim a melhoria no desempenho das atividades dos auditores	320

6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

AÇÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	PRAZO (dias)
6.01/17	CCI	Avaliar e implementar o sistema de monitoramento e acompanhamento das auditorias	Dotar a CCI de instrumentos para o monitoramento e acompanhamento das auditorias	60
6.02/17	CCI	Redesenhar, avaliar e implementar um novo Lay-out da para CCI	Dotar a CCI de estrutura física capaz de satisfazer às suas reais necessidades	60
6.03/17	CCI	Revisão do Manual de Auditoria da CCI	Proporcionar à CCI de procedimentos formalizados para o desempenho de suas atividades	120

7. ASSESSORIA E REUNIÕES COM CONSELHO DE CURADORES

AÇÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	HORAS
7.01/17	CCI	Assessorar os gestores da Universidade no acompanhamento da execução dos programas ou ações de Governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento.	Promover ações, visando o cumprimento das metas e dos objetivos com o intuito de agregar valor aos atos de gestão da Instituição. Espera-se dotar a gestão de informações confiáveis para tomada de decisões	48

8. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

AÇÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	PRAZO
8.01/17	TCU / CCI	Verificar o cumprimento das decisões oriundas do TCU.	Cumprir as determinações oriundas do TCU.	No decorrer do ano
8.02/17	CGU / CCI	Consolidar as respostas das medidas adotadas pelos órgãos da UFBA, em atendimento às recomendações da CGU.	Atender e acompanhar as solicitações de auditoria, bem como dos relatórios, conforme a demanda.	No decorrer do ano
8.03/17	CCI	Monitoramento das recomendações de auditoria da CCI.	Acompanhar e monitorar a implementação das recomendações exaradas pela CCI.	No decorrer do ano
8.04/17	CGU / CCI	Apoiar a CGU e o TCU no exercício da missão institucional.	Atendimento das solicitações de auditoria, bem como dos relatórios provenientes do acompanhamento, conforme a demanda.	No decorrer do ano

9. RESERVA TÉCNICA E REVISÃO

AÇÃO	ORIGEM DEMANDA	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	PRAZO (dias)
9.01/17	CCI	Promover ações e/ou atividades ligadas a auditoria interna não contempladas no PAINT e ainda, que tenham exigido dedicação maior do que foi planejado.	Suprir a CCI de carga horária suficiente para o atendimento de ações e/ou atividades extraordinárias ou que tenham extrapolado o previsto.	30
9.02/17	CCI	Realizar revisões nos relatórios e documentos produzidos pela CCI.	Destinar carga horária para o atendimento das ações de revisão, quando da produção de relatórios e documentos.	30